

EDITAL Nº 016

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026
MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA

O MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, UTILIZANDO O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, E DA LEI Nº 11.488/2007, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Início de recebimento de Propostas: 15/06/2026 a partir da 08:00hrs.

Fim do recebimento de Propostas: 01/07/2026, 07:59hrs

Data da sessão: 01/07/2026

Horário: 08:30hrs

Local: Portal da Licitanet – www.licitanet.com.br

Critério de Julgamento: menor preço global por lote.

Modo de disputa: Aberto

Impugnações e Esclarecimentos até às 17:00 horas do dia 26/06/2026.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

CONTATO P/ FORNECEDORES LICITANET: (34) 2512-6500 Opção 2 – (34) 3014-6633 WhatsApp –
fornecedor@licitanet.com.br

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.licitanet.com.br www.serradourada.ba.gov.br

ENVIO DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS EXCLUSIVAMENTE PELO

SITE:www.licitanet.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS: Rua Duque de Caxias s/n - Centro, Wanderley/Ba, CEP 47.740-000, aos cuidados do agente de Contratação Lucimara Moreira dos Anjos, Setor de Licitações. Telefone: (77) 3626-1122

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura contratação de Empresa para Prestação de Serviços técnicos de saúde pública, no âmbito do Projeto “Saúde Mais Perto de Você”, compreendendo a realização de 06 (seis) edições de ações itinerantes de prevenção e cuidado, de forma itinerante, nas zonas urbana e rural do Município de Wanderley/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por lote conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global por lote, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.*

2. DO CREDENCIAMENTO.

2.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DA LICITANET** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

2.2. O cadastro deverá ser feito no Portal da Licitanet, no sítio www.licitanet.com.br;

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

2.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DA LICITANET** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DA LICITANET**.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.8 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.9 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.9.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.9.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 5.9.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.10 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.11 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.12 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.12.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 5.13 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.14 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.15 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.
- 5.16 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a cinco segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 5.17 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.18 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.19 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.20 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.21 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.22 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 5.23 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 5.24 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.25 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.26 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.licitanet.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.27 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.28 Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

5.29 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.30 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.31 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.32 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.33 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

5.34 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.35 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

5.35.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.35.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

5.35.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.35.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.36 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.36.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.36.2 empresas brasileiras;

5.36.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.36.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.37 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.37.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.37.2 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.38 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.8 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.9 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

6.10 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.10.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.11 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

6.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.13 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

6.14 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte quatro) **horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.14.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

6.14.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) **dias** úteis contados da solicitação.

6.14.3.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14.3.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

6.14.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.14.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.14.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.14.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.15 A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

6.16 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.17 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.18 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.18.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.20 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7 DA HABILITAÇÃO.

8.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DA LICITANET, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

8.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

8.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DA LICITANET, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.**

8.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DA LICITANET**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.

8.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b)** Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade no Portal do Empreendedor;
- c)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial, acompanhado de documento comprobatório dos administradores;
- d)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova dos administradores;
- e)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente registrados, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- f)** Associações, e demais organizações da sociedade civil (OSC) sem fins lucrativos: estatuto social em vigor, devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação, bem como da ata da assembleia de eleição e posse da atual diretoria, igualmente registrada, que comprove os poderes de representação legal;
- g)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal, conforme a Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;
- h)** Filial, sucursal ou agência: inscrição do respectivo ato constitutivo no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- i)** Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de inscrição no CNPJ;

- b)** Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (certidão conjunta RFB/PGFN, inclusive créditos relativos à Seguridade Social);
- c)** Prova de regularidade com o FGTS;
- d)** Prova de inexistência de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da CLT;
- e)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao ramo de atividade;
- f)** Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- g)** Caso o fornecedor seja isento dos tributos relacionados ao objeto, deverá comprovar a condição mediante declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou documento equivalente, na forma da lei;
- h)** O microempreendedor individual que pretenda usufruir do tratamento diferenciado da LC nº 123/2006 fica dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- i)** A microempresa e a empresa de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação de regularidade fiscal, ainda que com alguma restrição, nos termos do art. 43 da LC nº 123/2006.

8.11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- a)** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede, com data dos últimos 30 (trinta) dias ou dentro do prazo de validade;
- b)** Em caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação do acolhimento judicial do respectivo plano de recuperação, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021;
- c)** Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a empresa deverá apresentar, na forma do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos processos eletrônicos;
- c)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei, assinados por contador registrado no CRC;
- d)** No caso de empresa constituída no exercício vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura referente ao período de existência da sociedade.

Formas de apresentação do balanço e das demonstrações contábeis:

Sociedade Anônima (S/A): publicados em Diário Oficial; ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. As Demonstrações Contábeis compreendem a DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) ou a DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Sociedades de Responsabilidade Limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, autenticado na Junta Comercial; ou por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil registrados ou autenticados na Junta Comercial. A Demonstração Contábil compreende a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples): por fotocópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração Contábil registrados ou autenticados na Junta Comercial. A Demonstração Contábil compreende a DRE.

Sociedade criada no exercício em curso: por fotocópia do Balanço de Abertura registrado ou autenticado na Junta Comercial.

Entidades sem fins lucrativos: por fotocópia do livro Diário, com os Termos de Abertura e de Encerramento, autenticado em cartório ou na Junta Comercial; ou por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil registrados ou autenticados. A Demonstração Contábil compreende a DRE.

e) A documentação contábil deverá comprovar a efetiva escrituração perante o órgão competente, na forma e nos termos exigidos pela normatização pertinente;

f) As empresas Ltda. sujeitas ao regime do Simples Nacional deverão apresentar cópias do balanço patrimonial e da DRE, devidamente assinadas, autenticadas e registradas no órgão competente;

g) As empresas legalmente obrigadas ao envio dos registros contábeis pelo SPED CONTÁBIL poderão apresentar cópias do balanço e da DRE emitidos do SPED, acompanhadas do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;

h) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

i) É admissível o balanço intermediário, quando decorrer de lei ou de contrato/estatuto social.

8.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

a) Declaração de conhecimento dos requisitos técnicos para o cumprimento das obrigações do objeto;

b) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina (CRM), demonstrando ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, em plena validade, conforme a legislação vigente;

c) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade equivalente ou superior, mediante atestado(s) de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo: local de execução, nome da contratante e da contratada e relação dos serviços executados;

d) Responsável Técnico de nível superior, devidamente habilitado e registrado no respectivo conselho profissional (CRM);

e) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência de registro profissional por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

a) Comprovação de aptidão para a execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

b) Deverão constar do(s) atestado(s) ou certidão(ões), em destaque: o local de execução, o nome da contratante e da contratada e a relação dos serviços executados;

c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

d) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente;

e) Serão aceitos atestados ou documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

Qualificação Técnico-Profissional

a) Comprovação de que a licitante possui Responsável Técnico de nível superior — médico devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) —, responsável pela supervisão técnica da execução do objeto;

b) A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico poderá ser feita mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) **HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS.

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

10.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DA LICITANET**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

12.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

***Parágrafo único:** Esta convocação se dará através de PUBLICAÇÃO no Diário Oficial do Município, do documento denominado "ATO DE CONVOCAÇÃO" expedido pelo Pregoeiro;*

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO e no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento e/ou prestação de serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.2 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.3 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.4 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.5 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

(a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

(b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.8 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.8.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.8.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

a. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

a. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

b. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

c. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

16.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

a. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

a. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

a. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO.

a. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

a. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

i. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

ii. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

iii. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

iv. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

v. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

vi. Apresentar declaração ou documentação falsa;

vii. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

viii. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

ix. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

x. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

b. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

c. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

21.2. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Wanderley/Ba, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

21.3. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.3.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2. A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.licitanet.com.br.**

22.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal da Licitanet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.licitanet.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. A Prefeitura Municipal de Wanderley/Ba, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br, e <http://portaldatransparencia.com.br/prefeitura/wanderley>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Claudino Barreto Rios, 80º, Centro – Wanderley/Ba, nos dias úteis, no horário das 08:00 às

14:00hr, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Wanderley/Ba, 13 de junho de 2026

CAMARGO ANTÔNIO PINTO CRISÓSTOMO
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Saúde	Nº DE IDENTIFICAÇÃO: TR nº 016/2026
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Leimone Fernandes Motta	CARGO: Secretária Municipal de Saúde
ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto nº 0045/2026	E-MAIL: sms.wanderleyba@gmail.com

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de saúde pública, no âmbito do Projeto “Saúde Mais Perto de Você”, compreendendo a realização de 06 (seis) edições de ações itinerantes de prevenção e cuidado, de forma itinerante, nas zonas urbana e rural do Município de Wanderley/BA.

1.2. Os serviços incluem o apoio logístico, operacional e técnico, a oferta de consultas médicas especializadas, exames laboratoriais e de imagem, ações de saúde da mulher, ações de saúde bucal (Unidade Odontológica Móvel) e ações de imunização, conforme especificações, quantitativos e exigências técnicas detalhadas neste Termo de Referência, no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O Município de Wanderley/BA enfrenta elevada demanda reprimida por consultas médicas especializadas e exames diagnósticos. O perfil epidemiológico local revela relevante prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) — hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares e neoplasias diagnosticadas tardiamente —, situação agravada pela insuficiência de especialistas disponíveis na Atenção Primária à Saúde (APS) local e pelas barreiras geográficas que dificultam o acesso de populações rurais e de comunidades periféricas aos centros de referência. Tal cenário compromete o diagnóstico precoce, a continuidade do tratamento e o alcance das metas pactuadas no Plano Municipal de Saúde.

2.2. A Secretaria Municipal de Saúde de Wanderley/BA não dispõe de infraestrutura própria, equipamentos móveis adequados ou quantitativo de pessoal especializado suficiente para realizar, de forma concentrada e itinerante, ações de saúde de média complexidade em escala compatível com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde (PMS). A dependência exclusiva da estrutura orgânica da Administração tornaria inviável a execução das 06 (seis) edições do Projeto “Saúde Mais Perto de Você” ao longo do segundo semestre de 2026, comprometendo o atendimento das mais de 15.800 metas de procedimentos pactuadas.

2.3. A realização das edições de forma autônoma pelo Município exigiria investimentos em aquisição de equipamentos, contratação de pessoal e montagem de logística que, além de economicamente inviáveis para o porte do Município, resultariam em capacidade ociosa entre os eventos. A terceirização integral do apoio logístico, operacional e técnico por meio de Pregão Eletrônico (Lei nº 14.133/2021, art. 29) é a solução economicamente mais eficiente, assegurando valor por resultado e desempenho mensurado por indicadores contratuais.

2.4. É responsabilidade constitucional do Município (CF, arts. 196 e 198; Lei nº 8.080/1990, art. 7º) garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. As ações itinerantes representam medida de saúde pública voltada a reduzir iniquidades no acesso, prevenir agravos, ampliar o diagnóstico precoce de DCNT e fortalecer a integralidade do cuidado, em consonância com as diretrizes do SUS e com o PMS vigente.

2.5. A contratação não tem natureza continuada, sendo estruturada em 06 (seis) edições episódicas ao longo do segundo semestre de 2026. A modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por Menor Preço Global (art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), é a forma de contratação mais adequada, dado que os serviços podem ser objetivamente especificados neste Termo de Referência e que há mercado fornecedor competitivo no segmento de eventos de saúde pública.

3. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1. A presente licitação processar-se-á sob a modalidade Pregão, na forma Eletrônica, adotando-se o rito da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público, e, subsidiariamente, o Decreto Federal nº 10.024/2019, no que couber ao rito do Pregão Eletrônico.

3.2. Os serviços qualificam-se como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por terem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis por especificações usuais de mercado.

3.3. O critério de julgamento será o de menor preço global, conforme o art. 34 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a proposta mais vantajosa, a isonomia entre licitantes e a economicidade do gasto público.

3.4. O regime de execução contratual será o de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, ficando o pagamento estritamente condicionado à efetiva prestação dos serviços, comprovada por relatórios de execução, registros de atendimentos e atesto da fiscalização, vedado o pagamento por serviços não executados.

3.5. Aplicam-se, ainda, no que couber: a Lei Complementar nº 123/2006 e a Lei nº 11.488/2007 (tratamento favorecido a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas); a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); a Lei Orgânica do Município de Wanderley/BA; as normas técnicas do Ministério da Saúde aplicáveis às ações itinerantes; e as orientações dos Tribunais de Contas competentes (TCM/BA e TCU).

3.6. A presente contratação não gera direito adquirido à totalidade dos quantitativos estimados, ficando o compromisso da Administração limitado às necessidades concretas de atendimento durante a vigência do contrato.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. A equipe de planejamento realizou levantamento de mercado, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, analisando as soluções possíveis:

- **Solução 1 — Pregão Eletrônico (art. 29):** contratação de empresa especializada mediante certame, com Menor Preço Global, aberta à ampla competição entre pessoas jurídicas do ramo de eventos de saúde pública, logística médica e serviços técnicos de saúde.
- **Solução 2 — Execução direta com pessoal próprio e contratações fracionadas:** apresenta elevada fragmentação, risco de fracionamento vedado (art. 145), impossibilidade de escala e sobrecarga do quadro de pessoal, sem garantia de competência técnica especializada.

Análise da Solução 1: o Pregão Eletrônico permite ampla competição, assegura o menor preço compatível com a qualidade, oferece controle contratual robusto via cláusulas de desempenho (SLA), gestão e fiscalização por equipe designada nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e possibilita a aplicação imediata de sanções em caso de inadimplemento (arts. 155 a 163). O objeto é plenamente especificável no Termo de Referência, sendo enquadrável como serviço comum.

Análise da Solução 2: a execução direta e as contratações fracionadas não atendem à escala necessária, pois o Município carece de infraestrutura móvel, equipe especializada e logística para realizar as edições. O fracionamento em múltiplas dispensas de licitação para compor o mesmo objeto configura prática vedada pelo art. 145 da Lei nº 14.133/2021, além de resultar em maior custo total e em ausência de responsabilidade integrada sobre o evento.

Conclui-se que a Solução 1 — Pregão Eletrônico — é a mais vantajosa para o Município de Wanderley/BA, garantindo publicidade, competitividade, isonomia, economicidade e eficiência, em conformidade com os princípios da Administração Pública (CF, art. 37, caput) e com os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

5. DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS

5.1. O preço estimado da presente contratação foi obtido mediante pesquisa de preços realizada em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando como parâmetros: contratações similares de outros entes públicos (Atas de Registro de Preços e credenciamentos regionais), pesquisas diretas com fornecedores do ramo e tabelas oficiais de referência (SUS/SIGTAP), conforme memória de cálculo detalhada no Estudo Técnico Preliminar.

5.2. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado para a presente contratação terá caráter SIGILOSO, visando assegurar a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.3. O sigilo será mantido até a fase de julgamento das propostas. Após a etapa de lances, o valor estimado será tornado público, permitindo a verificação da exequibilidade e a comparação com as ofertas apresentadas, garantindo a transparência e o controle social do certame.

5.4. A estimativa de custos e a memória de cálculo do preço sigiloso constam em documento apartado, anexo ao processo administrativo, com acesso restrito aos agentes públicos responsáveis até o momento da divulgação legal.

6. DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O regime de execução contratual será o de empreitada por preço unitário, vinculando-se a medição e o pagamento à efetiva comprovação de atendimento por tipo de procedimento realizado.

6.2. Os serviços serão realizados de forma itinerante, nas zonas urbana e rural do Município de Wanderley/BA, em locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de cada edição, tendo a Garagem da Prefeitura Municipal como base logística de concentração e distribuição de equipamentos e veículos. A regulação e a triagem serão realizadas pela Unidade Básica de Saúde da área de cada ação.

6.3. A contratada deverá fornecer toda a estrutura necessária ao funcionamento dos serviços, incluindo: I. unidades móveis de atendimento, consultórios e/ou estruturas temporárias (tendas) montadas e equipadas, com climatização, iluminação e higiene adequadas; II. equipamentos médicos e laboratoriais calibrados e certificados; III. insumos, materiais de consumo, mobiliário e equipe técnica em quantidade suficiente para o fluxo estimado de pacientes.

6.4. A execução das 06 (seis) edições ocorrerá conforme cronograma elaborado pela Contratada em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, homologado pela autoridade competente antes do início de cada ciclo.

6.5. A contratada será integralmente responsável pela mobilização, montagem, manutenção e desmobilização da infraestrutura, bem como pelo correto manejo e destinação dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), nos termos da legislação ambiental e sanitária vigente.

Quadro-resumo e cronograma das edições

Item	Descrição do serviço	Unidade	Quant.
1	Edições do Projeto “Saúde Mais Perto de Você” — ações itinerantes com consultas, exames, saúde da mulher, saúde bucal e imunização, com duração de 1 a 2 dias cada.	Edição	6

EDIÇÃO	LOCALIDADE / COMUNIDADE (PSF DE REFERÊNCIA)	PERÍODO
1ª	Povoado Novo Calembe (PSF Aurelina Gonçalves)	Julho/2026
2ª	Comunidade Quixabeira (PSF Ernesto José de Oliveira)	Agosto/2026
3ª	Comunidade Reforma Campo Alegre (PSF Manoel da Silva Galvão)	Setembro/2026
4ª	Comunidade Tabuleiro (PSF Gabriel Pereira de Oliveira)	Outubro/2026
5ª	Comunidade Mamoneira (PSF Rita Rodrigues)	Novembro/2026
6ª	Zona Urbana — Sede de Wanderley/BA (livre demanda e ação social)	Dezembro/2026
7. ESPECIFICAÇÕES / DETALHAMENTO		

Bloco 1 — Infraestrutura e Logística (Feira de Saúde)

A infraestrutura é dimensionada para suportar a complexidade dos eventos itinerantes, garantindo ambientes dignos para atendimento médico e espera.

- **Propaganda em Carro de Som (120 horas):** quantitativo calculado para garantir a cobertura sonora prévia e durante os eventos. A carga horária permite a circulação do veículo por comunidades distantes (como Novo Calembe e Mamoneira), assegurando que o público-alvo seja devidamente convocado e mobilizado para cada edição.
- **Aluguel de Tendas (72 unidades):** este quantitativo refere-se ao total de diárias/unidades para as 06 ações previstas, com média estimada de 06 (seis) tendas por ação — cada ação podendo ter de 1 a 2 dias —, destinadas a recepção, triagem e consultórios específicos. O número de tendas por evento poderá variar conforme a densidade demográfica da localidade e a demanda identificada na busca ativa.
- **Locação de Cadeiras (6.000 unidades):** representa o volume total de locações para o período, com média de 500 cadeiras por evento, garantindo assentos a todos os usuários em espera, evitando aglomerações e promovendo a humanização do atendimento.

- **Banner de Divulgação (20 unidades):** materiais de sinalização visual para identificar as especialidades médicas disponíveis e orientar o percurso do paciente dentro da estrutura itinerante, qualificando o fluxo e o acolhimento.
- **Veículos Utilitários (240 diárias):** fundamenta-se na necessidade de garantir a capilaridade da busca ativa e o suporte logístico em toda a extensão territorial do município. A utilização de 02 (dois) veículos operando 20 dias por mês (totalizando as 240 diárias no plano de 06 meses) permite o deslocamento contínuo das equipes de saúde e dos agentes de mobilização às comunidades rurais e áreas de difícil acesso, identificando e encaminhando pacientes com demandas reprimidas para as ações.
- **Veículo tipo Van (12 diárias):** justifica-se pela necessidade de suporte logístico especializado durante os dias de execução, no transporte compartilhado de equipes técnicas e profissionais de saúde e no deslocamento estratégico de pacientes com mobilidade reduzida entre os pontos de atendimento e as unidades móveis, garantindo a fluidez do cronograma operacional e a segurança no traslado de grupos.
- **Unidade Móvel de Saúde (12 diárias):** fundamenta-se na necessidade de criar uma infraestrutura clínica itinerante de alta resolutividade, permitindo que os exames de imagem e procedimentos sejam realizados com segurança sanitária e suporte tecnológico adequado diretamente nos locais de ação, superando as limitações físicas das unidades fixas e assegurando que o ciclo completo de atendimento ocorra em ambiente equipado e climatizado, inclusive para a saúde da mulher e a saúde bucal (UOM).

Item	Descrição	Unidade	Quant.
1	Propaganda em carro de som	Hora	120
2	Aluguel de tenda	Und	72
3	Locação de cadeira	Und	6.000
4	Banner de divulgação	Und	20
5	Locação de veículos utilitários	Diária	240
6	Locação de veículo tipo van	Diária	12
7	Locação de unidade móvel de saúde	Diária	12

Bloco 2 — Alimentação

- **Alimentação de Profissionais (720 refeições):** almoço completo para as equipes durante as 06 ações (até 12 dias).
- **Lanche para Pacientes (15.000 unidades):** para usuários em espera ou em jejum para exames, prevenindo intercorrências hipoglicêmicas.

Item	Descrição do material	Unidade	Quant.
1	Alimentação de profissionais — almoço completo	Refeição	720
2	Lanche para pacientes — tipo 1	Unidade	15.000

Bloco 3 — Busca Ativa e Apoio

Pilar operacional do projeto, responsável por converter o potencial assistencial em atendimentos reais e romper as barreiras geográficas do Município.

Justificativa Técnica da Busca Ativa como Geradora de Demanda

A busca ativa não se limita ao deslocamento de pessoal; ela é a inteligência diagnóstica que identifica e produz a demanda reprimida. Sua execução justifica-se pelos seguintes pontos:

- **Superação dos Vazios Assistenciais:** o serviço é projetado para alcançar as populações mais isoladas, que residem em áreas sem a estrutura física de um PSF ou UBS, garantindo o direito constitucional à saúde onde o Estado ainda não é permanente.
- **Indução do Acesso Equitativo:** por meio da identificação proativa nas comunidades, a equipe detecta cidadãos invisibilizados pelo sistema tradicional, trazendo-os para o centro do cuidado itinerante.
- **Eficácia das Ações:** a busca ativa garante a ocupação das vagas das especialidades, pois realiza a triagem prévia e o agendamento social, evitando a ociosidade dos profissionais e assegurando que os recursos de alta complexidade cheguem a quem mais precisa.
- **Auxiliar de Serviços Gerais (48 diárias):** alocação de 04 (quatro) profissionais por dia de ação, fundamentais para a higienização constante das áreas de espera e a desinfecção dos consultórios móveis, garantindo o rigor sanitário necessário ao fluxo de atendimentos e a gestão adequada dos resíduos de saúde.
- **Recepcionista (72 diárias):** escalação de 06 (seis) profissionais por dia de evento, responsáveis pela organização das filas, pelo cadastro de pacientes no fluxo de “porta aberta” e pelo gerenciamento do prontuário eletrônico/físico, otimizando o tempo de espera entre a triagem do clínico e o atendimento especializado.
- **Técnico de Enfermagem (480 diárias):** manutenção de equipe fixa de 04 (quatro) profissionais atuando 20 dias por mês ao longo de 06 meses, responsáveis pela busca ativa ininterrupta nas comunidades, pela pré-triagem, verificação de sinais vitais e cadastramento de pacientes represados, além do suporte assistencial durante as ações, com preenchimento dos boletins de produção (BPA/SUS).
- **Motorista de Veículos Leves (240 diárias):** alocação de 02 (dois) profissionais com jornada de 20 dias mensais ao longo de 06 meses, garantindo a mobilidade das equipes de busca ativa e o transporte de insumos e exames laboratoriais entre as zonas rurais e a sede do município, sem interrupções durante a vigência do contrato.
- **Motorista de Veículos Pesados (12 diárias):** contratação de 01 (um) profissional especializado por dia de ação, dedicado exclusivamente à operação, condução e posicionamento técnico das Unidades Móveis de Saúde, assegurando que a infraestrutura pesada seja operada com segurança durante todo o evento.

Item	Descrição do serviço	Unidade	Quant.
1	Auxiliar de serviços gerais	Diária	48
2	Recepcionista	Diária	72
3	Técnico de enfermagem	Diária	480
4	Motorista de veículos leves	Diária	240

5	Motorista de veículos pesados	Diária	12
---	-------------------------------	--------	----

Bloco 4 — Consultas Médicas Especializadas e Saúde Bucal

Núcleo assistencial do projeto, para absorver a demanda reprimida e tratar a demanda oculta identificada pela busca ativa, com flexibilidade de execução de até 20% conforme a realidade de cada localidade.

Justificativa Técnica da Demanda e Continuidade do Cuidado

Diferentemente de atendimentos ambulatoriais convencionais, a oferta de consultas neste projeto é pautada pela proatividade e pela garantia de seguimento clínico, integrando o diagnóstico, o tratamento e o encaminhamento dos casos identificados:

- **Identificação da Demanda Oculta:** por meio da integração com o Bloco de Busca Ativa, o projeto alcança pessoas que não acessam os serviços de saúde por isolamento geográfico ou social. Esta estratégia revela patologias que não constam nas filas oficiais, garantindo o direito à saúde para quem está fora da cobertura das UBS.
- **Continuidade do Acompanhamento:** a execução ao longo de 06 meses permite que o paciente seja acompanhado em diferentes ações, possibilitando o retorno para análise de exames e o ajuste de condutas em patologias crônicas.
- **Eficiência e Resolutividade:** a oferta concentrada de especialidades resolve demandas complexas no próprio território, evitando deslocamentos onerosos e concluindo o ciclo de cuidado (consulta + diagnóstico) com agilidade.
- **Saúde da Mulher e Rastreamento:** foco prioritário em Ginecologia (1.500 consultas), contemplando o planejamento familiar com inserção de DIU e Implanon e a coleta de preventivo, e em Mastologia (500 consultas), fundamentais para o controle e o rastreamento oncológico no âmbito municipal.
- **Atenção a Doenças Crônicas:** oferta robusta em Cardiologia (1.000 consultas), com disponibilidade de ecocardiograma, e em Urologia (1.500 consultas), voltadas ao monitoramento de hipertensos, diabéticos e à saúde do homem, com vistas à prevenção de complicações e internações evitáveis.
- **Reumatologia (500 consultas):** incluída em razão da elevada quantidade de pacientes com encaminhamentos realizados pelo clínico e não atendidos por ausência da especialidade na rede municipal, gerando demanda reprimida crônica.
- **Especialidades de Apoio ao Desenvolvimento e à Mobilidade:** garantia de acesso a Ortopedia (1.000 consultas) e Neurologia (500 consultas), atendendo a queixas osteomusculares e neurológicas de elevada prevalência e baixo acesso na rede municipal.
- **Saúde da Criança:** Pediatria (500 consultas), com ênfase no programa de puericultura nas comunidades rurais, atendendo crianças que não conseguem se deslocar à sede nos dias de atendimento da especialista.
- **Qualidade de Vida e Sentidos:** atendimento especializado em Oftalmologia (500 consultas) e Dermatologia (500 consultas), contribuindo para a detecção precoce de agravos visuais e dermatológicos, inclusive lesões pré-neoplásicas de pele.
- **Saúde Bucal (500 atendimentos):** atendimento odontológico realizado em Unidade Odontológica Móvel (UOM), compreendendo procedimentos de restauração, aplicação de flúor e extração, com vistas a ampliar o acesso da população rural a cuidados básicos de odontologia, integrados às demais ações do projeto.

Especialidade / atendimento	Unidade	Quant.
Clínico geral	Consulta	3.000
Ginecologista	Consulta	1.500
Urologista	Consulta	1.500
Cardiologista	Consulta	1.000
Ortopedista	Consulta	1.000
Reumatologista	Consulta	500
Pediatra	Consulta	500
Neurologista	Consulta	500
Oftalmologista	Consulta	500
Dermatologista	Consulta	500
Mastologista	Consulta	500
Atendimento odontológico em UOM (restauração, flúor, extração)	Atend.	500

Bloco 5 — Procedimentos e Exames Diagnósticos

Suporte tecnológico para concluir o ciclo de cuidado na própria ação, observado o prazo de 20 (vinte) dias para entrega dos resultados nas localidades rurais.

- **Apoio Diagnóstico Imediato:** as ultrassonografias, o eletrocardiograma e o ecocardiograma servem como extensão do raciocínio clínico de diversas especialidades (Cardiologia, Ginecologia, Ortopedia), permitindo que o médico ajuste a conduta terapêutica no mesmo dia da consulta, com ganho de resolutividade.
- **Continuidade e Demanda Oculta:** o fluxo de 06 (seis) meses possibilita que pacientes identificados com alterações em exames laboratoriais básicos realizem exames de maior complexidade em ciclos subsequentes do projeto, garantindo o acompanhamento do quadro clínico ao longo do tempo.
- **Redução da Demanda Reprimida:** o bloco absorve as guias de exames já autorizadas pelo sistema municipal que aguardam agendamento, ao mesmo tempo em que gera novos diagnósticos para a demanda oculta captada pela busca ativa, desafogando a fila da regulação municipal.

Item	Descrição do serviço	Unidade	Quant.
1	Eletrocardiograma (ECG)	Procedimento	1.000
2	Ecocardiograma	Procedimento	300
3	Ultrassonografia (diversas)	Procedimento	3.000
4	Apoio diagnóstico em análises clínicas (SIGTAP)	Procedimento	R\$ 50.000,00
5	Imunização aos usuários do projeto	Dose	Sem custo

8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A solução proposta baseia-se em um modelo de Saúde Móvel Integrada, que associa a oferta de serviços especializados à estratégia de Busca Ativa — a identificação proativa, pelo Município, de usuários com demandas reprimidas ou com doenças crônicas não acompanhadas, visando o agendamento prévio e a garantia de acesso às ações.

8.2. A Contratada deverá disponibilizar unidades móveis autossuficientes, equipadas com climatização, geradores próprios e conectividade de dados, assegurando autonomia operacional independentemente das condições da localidade (urbana ou rural), conforme diretrizes de biossegurança vigentes.

8.3. A solução integra o fluxo de pacientes desde o acolhimento até a entrega dos resultados, com sistema de prontuário eletrônico ou ferramenta de gestão que permita o registro individualizado dos atendimentos, a geração de relatórios de produtividade e a emissão de laudos, garantindo a rastreabilidade das ações.

8.4. Cabe à Contratada a responsabilidade integral pela mobilização, transporte, alimentação e alojamento de sua equipe técnica multidisciplinar (médicos especialistas, cirurgião-dentista, enfermeiros e pessoal de apoio), dimensionada para atender ao fluxo estimado em cada uma das 06 (seis) edições, sem ônus operacional para a Secretaria Municipal de Saúde.

8.5. A solução deve prever o encaminhamento (contrarreferência) de pacientes que necessitem de acompanhamento contínuo na rede municipal após cada ação, garantindo que as ações itinerantes sejam parte da continuidade do cuidado ao cidadão.

8.6. Público-Alvo

Toda a população do Município de Wanderley/BA, das zonas urbana e rural, em todas as faixas etárias — da primeira infância à terceira idade —, com prioridade às comunidades rurais atendidas pelos PSFs de referência, estimando-se atendimento médio de 80 (oitenta) a 100 (cem) usuários por dia, por especialidade.

8.7. Local de Execução

As ações serão realizadas, preferencialmente, nas escolas das localidades ou, na ausência destas, em espaços de associações comunitárias rurais, com apoio de Unidade Móvel de Saúde, conforme cronograma pactuado com a Secretaria Municipal de Saúde.

8.8. Critérios de Sustentabilidade

A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, em especial o descarte correto dos Resíduos de Serviços de Saúde (RDC ANVISA nº 222/2018 e Resolução CONAMA nº 358/2005), a preferência por produtos de menor impacto ambiental e a minimização de resíduos sólidos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e com a Lei nº 14.133/2021.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento pelo Menor Preço Global.

9.2. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, com execução conforme cronograma de edições e ordens de serviço, utilizando como referência de preços a pesquisa de mercado.

9.3. Por se tratar de serviços comuns de saúde, a aceitabilidade da proposta será aferida com base no valor global estimado e na conformidade técnica com as especialidades e exames previstos neste Termo de Referência.

9.4. Habilitação Jurídica

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade no Portal do Empreendedor;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial, acompanhado de documento comprobatório dos administradores;
- d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova dos administradores;
- e) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente registrados, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- f) Associações, e demais organizações da sociedade civil (OSC) sem fins lucrativos: estatuto social em vigor, devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação, bem como da ata da assembleia de eleição e posse da atual diretoria, igualmente registrada, que comprove os poderes de representação legal;
- g) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal, conforme a Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;
- h) Filial, sucursal ou agência: inscrição do respectivo ato constitutivo no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- i) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (certidão conjunta RFB/PGFN, inclusive créditos relativos à Seguridade Social);
- c) Prova de regularidade com o FGTS;
- d) Prova de inexistência de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da CLT;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao ramo de atividade;
- f) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- g) Caso o fornecedor seja isento dos tributos relacionados ao objeto, deverá comprovar a condição mediante declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou documento equivalente, na forma da lei;
- h) O microempreendedor individual que pretenda usufruir do tratamento diferenciado da LC nº 123/2006 fica dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- i) A microempresa e a empresa de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação de regularidade fiscal, ainda que com alguma restrição, nos termos do art. 43 da LC nº 123/2006.

9.6. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede, com data dos últimos 30 (trinta) dias ou dentro do prazo de validade;

- b) Em caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação do acolhimento judicial do respectivo plano de recuperação, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a empresa deverá apresentar, na forma do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos processos eletrônicos;
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei, assinados por contador registrado no CRC;
- d) No caso de empresa constituída no exercício vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura referente ao período de existência da sociedade.

Formas de apresentação do balanço e das demonstrações contábeis:

Sociedade Anônima (S/A): publicados em Diário Oficial; ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. As Demonstrações Contábeis compreendem a DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) ou a DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Sociedades de Responsabilidade Limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, autenticado na Junta Comercial; ou por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil registrados ou autenticados na Junta Comercial. A Demonstração Contábil compreende a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples): por fotocópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração Contábil registrados ou autenticados na Junta Comercial. A Demonstração Contábil compreende a DRE.

Sociedade criada no exercício em curso: por fotocópia do Balanço de Abertura registrado ou autenticado na Junta Comercial.

Entidades sem fins lucrativos: por fotocópia do livro Diário, com os Termos de Abertura e de Encerramento, autenticado em cartório ou na Junta Comercial; ou por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil registrados ou autenticados. A Demonstração Contábil compreende a DRE.

- e) A documentação contábil deverá comprovar a efetiva escrituração perante o órgão competente, na forma e nos termos exigidos pela normatização pertinente;
- f) As empresas Ltda. sujeitas ao regime do Simples Nacional deverão apresentar cópias do balanço patrimonial e da DRE, devidamente assinadas, autenticadas e registradas no órgão competente;
- g) As empresas legalmente obrigadas ao envio dos registros contábeis pelo SPED CONTÁBIL poderão apresentar cópias do balanço e da DRE emitidos do SPED, acompanhadas do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;
- h) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- i) É admissível o balanço intermediário, quando decorrer de lei ou de contrato/estatuto social.

9.7. Qualificação Técnica

- a) Declaração de conhecimento dos requisitos técnicos para o cumprimento das obrigações do objeto;
- b) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina (CRM), demonstrando ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, em plena validade, conforme a legislação vigente;

- c) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade equivalente ou superior, mediante atestado(s) de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo: local de execução, nome da contratante e da contratada e relação dos serviços executados;
- d) Responsável Técnico de nível superior, devidamente habilitado e registrado no respectivo conselho profissional (CRM);
- e) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência de registro profissional por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

- f) Comprovação de aptidão para a execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- g) Deverão constar do(s) atestado(s) ou certidão(ões), em destaque: o local de execução, o nome da contratante e da contratada e a relação dos serviços executados;
- h) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;
- i) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente;
- j) Serão aceitos atestados ou documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

Qualificação Técnico-Profissional

- k) Comprovação de que a licitante possui Responsável Técnico de nível superior — médico devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) —, responsável pela supervisão técnica da execução do objeto;
- l) A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico poderá ser feita mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por agentes públicos designados pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observada a segregação de funções.

10.2. Cabe ao Gestor do Contrato a coordenação administrativa, o acompanhamento dos prazos de vigência, a análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e a interlocução com a Contratada.

10.3. Cabe ao Fiscal Técnico: I. acompanhar a execução das ações, conferindo se a estrutura móvel e os serviços atendem às normas técnicas e de biossegurança; II. registrar em diário de ocorrências as falhas, atrasos ou inconformidades; III. emitir o atesto de realização dos serviços, condicionado à conferência dos relatórios de produtividade e registros de atendimento (nome/CPF dos usuários).

10.4. Constatada inconformidade, a Contratada será notificada formalmente, devendo apresentar correção no prazo estipulado. O reiterado descumprimento, a má qualidade ou a recusa na prestação ensejará as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

10.5. A Administração não se responsabiliza por obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais decorrentes da contratação, que são de responsabilidade exclusiva da Contratada.

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. O recebimento do objeto se dará: a) provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências técnicas; b) definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.2. O pagamento será realizado por edição realizada e atestada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, mediante ordem bancária, respeitada a ordem cronológica do art. 142 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto.

11.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas correrão à conta de dotação própria do Fundo Municipal de Saúde, na Função 10 — Saúde, Subfunção 302 — Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica. Os códigos de Unidade Orçamentária e de Projeto/Atividade serão confirmados pela Secretaria de Finanças na fase de instrução, em conformidade com a LOA de 2026.

13. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. A seleção será baseada nos requisitos previstos neste Termo de Referência, atrelada à proposta mais vantajosa, conforme documentos acostados aos autos.

13.2. A empresa contratada deverá cumprir todos os requisitos de habilitação exigidos, especialmente a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica.

14. DO PRAZO CONTRATUAL

14.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRATADA obriga-se a:

15.1.1. executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

15.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- 15.1.3. responder pela responsabilidade civil por danos materiais e morais causados por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes, à Administração ou a terceiros;
- 15.1.4. utilizar profissionais habilitados e devidamente registrados junto ao respectivo conselho de classe, em especial o registro médico no Conselho Regional de Medicina (CRM), apresentando a documentação habilitatória antes de cada edição;
- 15.1.5. apresentar à CONTRATANTE a relação nominal dos profissionais que atuarão em cada edição, devidamente identificados;
- 15.1.6. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica;
- 15.1.7. garantir o correto manejo e a destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), conforme RDC ANVISA nº 222/2018 e Resolução CONAMA nº 358/2005;
- 15.1.8. fornecer relatórios de produção (BPA/SUS) e laudos assinados por responsável técnico habilitado, observado o prazo de 20 (vinte) dias para entrega de resultados de exames nas ações rurais;
- 15.1.9. relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços;
- 15.1.10. não permitir o trabalho de menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, nem o trabalho de menor de 18 anos em atividade noturna, perigosa ou insalubre;
- 15.1.11. manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 15.1.12. não subcontratar nem transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo se previamente autorizado pela Administração.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 16.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
- 16.1.1. proporcionar as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços conforme o contrato e este Termo de Referência;
- 16.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 16.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por agentes designados, registrando as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente;
- 16.1.4. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições no curso da execução, fixando prazo para correção;
- 16.1.5. realizar a regulação e a triagem dos usuários pelas Unidades Básicas de Saúde e pactuar o cronograma das edições com a antecedência prevista;
- 16.1.6. efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021: I. advertência; II. multa; III. impedimento de licitar e contratar; IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2. Será aplicável multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10%, e multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.3. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observada a dosimetria do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O Município de Wanderley/BA reserva-se o direito de impugnar os serviços prestados que não estiverem de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

18.2. O presente Termo de Referência guarda total coerência com o Documento de Formalização da Demanda (DFD) e com o Estudo Técnico Preliminar (ETP) que o fundamentam.

18.3. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação correlata.

APROVO o presente Termo de Referência, por conter os elementos necessários à identificação do objeto e os critérios para a contratação, de forma clara e precisa, em cumprimento à legislação vigente.

Wanderley/BA, 12 de junho de 2026.

Leimone Fernandes Motta

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 0045/2026 — Município de Wanderley/BA

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Pregão Eletrônico SRP nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026

SESSÃO PÚBLICA: 01/07/2026, ÀS 08H30MIN (oito e trinta) HORAS.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Wanderley/Ba

Plataforma do Portal da Licitanet (INTERNET)

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
INSC. EST.:					
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:			CIDADE:		
CEP:			E-MAIL:		
TELEFONE:			FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.					
TOTAL POR EXTENSO:					

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS PRODUTOS/MATERIAIS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA

AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Pregão Eletrônico SRP nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU
REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº
..... E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI
Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU
INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

Pregão Eletrônico SRP nº 07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **Pregão Eletrônico SRP nº 07/2026**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO QUADRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA

AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS
OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO DE
WANDERLEY/BA – PREGÃO Eletrônico SRP nº 07/2026

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/____,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE WANDERLEY/BA E A
EMPRESA *****

A **Prefeitura Municipal de Wanderley/Ba** por intermédio do(a) (órgão interno contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ____/20____, , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços de xxxxxx, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
REPRESENTANTE:
E-MAIL:
TEL.: ()

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desse a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice INPC do mês anterior ao pagamento da parcela.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de *** dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de *** dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Cotegipe, Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 2026.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

ANEXO X

MODELO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY/BA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A Prefeitura Municipal de Wanderley, Estado da Bahia, com sede à Av. Claudino Barreto Rios, 80º, Centro – Wanderley/Ba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.348.479/0001-01, neste ato representada pelo prefeito, **CAMARGO ANTÔNIO PINTO CRISÓSTOMO** portador da Cédula de Identidade nº, e inscrito no CPF/MF sob o nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/...../2026, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação nº XX, Pregão Eletrônico nº PE SRP XXX/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de licitação PE SRP N° XXX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Lote do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

4.5.1.1. Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1.1. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2. Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade